

Conhecendo o Arquivo Histórico Municipal

**Os primeiros séculos na
cidade de São Paulo**



Conhecendo o Arquivo Histórico Municipal

**Os primeiros séculos na
cidade de São Paulo**





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Viaduto do Chá, 15 – Palácio do Anhangabaú

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Av. São João, 473 – 11º andar

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Av. São João, 473 – 7º andar

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS

Praça Cel. Fernando Prestes, 152, Luz – Telefone/fax: (11)3326-1010

CEP: 01124-060 – SÃO PAULO - SP

www.arquivohistorico.sp.gov.br

Aproveite

Esta publicação foi concebida graças à dedicação de pessoas que acreditam no conhecimento como ferramenta fundamental para o exercício da cidadania. Nela você encontrará uma pequena parte do acervo do Arquivo Histórico Municipal. São cartas, mapas, atas e outros documentos que marcam passagens importantes de mais de 400 anos da história da nossa cidade.

Esta introdução ao trabalho de preservação de documentos, aqui apresentado, serve para abrir as portas do conhecimento sobre o nosso passado, por meio do registro de situações do dia-a-dia das pessoas que viviam na cidade desde sua fundação até o século XIX.

As entrelinhas dos documentos sobre o cotidiano da cidade revelam como índios, jesuítas, bandeirantes e negros ajudaram a construir a história do nosso país.

O material que você tem em mãos pretende motivá-lo a futuras pesquisas sobre a história da cidade de São Paulo e sua população.

Arquivo Histórico Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Prefeito: Gilberto Kassab

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Secretário: Carlos Augusto Machado Calil

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Diretor: Walter Pires

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS

Diretora: Liliane Schrank Lehmann

FICHA CATALOGRÁFICA

Conhecendo o Arquivo Histórico Municipal: os primeiros séculos na cidade de São Paulo: DPH, 2008.

56p. : il., 20cm.

1. Arquivo Histórico Municipal Washington Luis. I. Título

TEXTO E PESQUISA

Arzelinda Maria Lopes

Luis Soares de Camargo

Silvana Regina Giglio de Almeida

PESQUISA

Helenice Aparecida Dias Bueno

Silvana Gomes Giovannetti

REVISÃO

Eudes Campos

PROJETO EDITORIAL

Arzelinda Maria Lopes

Silvana Regina Giglio de Almeida

PROJETO GRÁFICO

Arte e Diagramação: RS2 comunicação

Capa: RS2 comunicação

IMPRESSÃO

Gregalis Qualidade em Editora e Arte LTDA EPP

TIRAGEM

2.500

SÃO PAULO

2008

Sumário

Apresentação 09

Índios 22

Introdução 10

Jesuítas 32

Cuidado com os
documentos na
hora da pesquisa 16

Bandeirantes 38

Formação
histórica da
cidade 18


Negros 46



ctano e Alberto Judice, para verificação
ho e Manoel Carriho, para seguirão Sr.
Domíngos Droyo de Brito, e para res.
Domíngos de Campos, para seguirão Sr.
Francisco e Antonio José de Oliveira, que
sem serviço de Thezourario, e para
João de C. Henriques, o qual em
empregos por tempo de hum an.
do da da profe, e já ante my' havem
do. e do Luiz Ordinarie, e este o termo
provincia a sima, de bem, e verdadeiramente
cumprerem. Com as suas obrigações, na
da de Regimento, guardando o serviço
do, de Sua Magestade, e as ditas de Direy



Apresentação



O objetivo da presente publicação é tornar conhecido entre o público escolar o Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. Tem por meta ser também um instrumento facilitador da divulgação dos documentos conservados nessa instituição.

O conhecimento das ações ocorridas no passado deve ser estimulado, assim como a compreensão de que elas, de algum modo, se refletem tanto em muitas situações vividas nos dias atuais, como, certamente, também nos acontecimentos do futuro. Devemos compreender que os livros, em geral, são escritos a partir da consulta a documentos guardados por muitos anos, até séculos, e que os fatos e as idéias do passado se tornam conhecidos ao serem publicados em livros.

Os alunos acompanhados de seus professores em visita ao Arquivo Histórico Municipal Washington Luís estão recebendo esta publicação em apoio à visita. Contamos que o material seja aproveitado em sala de aula.



Introdução



Foto: José Carlos Marinho/DPH/SPAC



Em casa, guardamos muita coisa que registram a nossa memória pessoal ou a memória de nossa família. Documentos (como registros de casamento ou nascimento, atestados de óbito, etc.), cartas, fotografias, objetos pertencentes a parentes constituem lembranças que compõem a memória familiar. Esta memória pode ter sido ou não vivenciada por você. Mas o fato é que o que seus antepassados, avós e bisavós, viveram pertence ao passado de sua família e faz parte de sua história pessoal.

Quando falamos em arquivo, estamos falando em documentos guardados que só uma pessoa ou instituição possui. Considerando a cidade, o Arquivo Municipal é aquele que guarda a memória adminis-

trativa municipal, cujos documentos testemunham as relações entre a população e o poder público.

Arquivo é diferente de biblioteca. Na biblioteca você encontra livros que foram produzidos em grande quantidade e distribuídos em vários locais. No arquivo, o documento, em geral, é único.

Agora, queremos apresentar a vocês o Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, que guarda a memória administrativa da cidade de São Paulo. Ele é uma instituição cultural muito antiga, pois sua origem remonta à criação de um arquivo na Prefeitura em 1907. Cabe a ele guardar, conservar, identificar, organizar e divulgar os documentos produzidos pela administração pública da cidade.

O Arquivo Histórico Municipal está subordinado ao Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), que, por sua vez, pertence à Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Custodia os documentos mais antigos da América Latina e é o arquivo público do município, atendendo a administração, os pesquisadores e os interessados em geral. Seu acervo é constituído por documentos textuais, datados a partir de 1555, mapas e plantas, de 1808 a 1977, fotografias, além de fundos particulares de interesse histórico. Além disso, dispõe de um cadastro com cerca de 65 mil históricos das ruas paulistanas, bem como de uma Seção de Acervo Bibliográfico, com biblioteca e hemeroteca especializadas na história da cidade e também dos bairros.

Agora vamos iniciar nossa visita a atual sede do Arquivo, o Edifício Ramos de Azevedo, onde conheceremos alguns detalhes da arquitetura do prédio, que foi construído para ser escola, uma extensão da Escola Politécnica, destinada aos cursos de Eletrotécnica e Mecânica.

O prédio foi inaugurado em 17 de abril de 1920 e sua construção esteve sob a responsabilidade do escritório do famoso arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928). Em 1987, passou a ser propriedade da Prefeitura Municipal de São Paulo e a partir de 1999 foi ocupado pelo Arquivo Histórico Municipal.

Para um Arquivo funcionar é preciso que ele seja organizado em várias seções, cada uma com sua função determinada. Por exemplo, na Seção Técnica de Manuscritos os documentos são recolhidos, higienizados, catalogados e colocados à disposição do público para pesquisa. Na Seção Técnica de Estudos e Pesquisas, pesquisadores idealizam exposições, redigem artigos e editam um Informativo eletrônico para divulgação dos documentos conservados na instituição. Na Seção de Denominação de Logradouros Públicos, há um arquivo especializado com os nomes das ruas e praças da cidade. Na Seção Técnica de Intercâmbio, é mantido o contato com outras instituições equivalentes, do País e do Exterior. Na Seção de Restauração e Encadernação, são feitos os reparos necessários nos documentos que não se acham em bom estado de conservação. Na Seção de Acervo Bibliográfico, é feito o atendimento aos consulentes e dado o suporte às pesquisas das outras seções.



Os documentos da administração pública são, em geral, produzidos nas diferentes secretarias, departamentos e seções da Prefeitura. Quando eles atingem determinada "idade", vão para um arquivo. Depois de certo tempo, muitos documentos podem ser descartados, ou seja, destruídos, segundo uma tabela de temporalidade (cada documento tem um prazo de guarda até ser descartado). Mas se o documento tem o valor de prova, ou de direito, seja de pagamento, propriedade, etc. é necessário conservá-lo por prazos indeterminados e, no caso, dos documentos históricos importantes do município, estes passam a ser guardados permanentemente, ou seja, são recolhidos ao Arquivo Histórico Municipal.

Um exemplo são os livros de cemitérios (o mais antigo cemitério municipal é o da Consolação, inaugurado em 1858), usados para registrar o sepultamento dos mortos. Hoje eles servem como prova e quando as pessoas precisam localizar os registros de óbito de um parente, essas informações podem ser encontradas nesses livros.



Foto: José Carlos Marinho (EPA/USAC)



Mas afinal, o que é um documento?

O documento costuma ser entendido como tudo aquilo que possa registrar por escrito (e atestar) o cumprimento dos deveres do indivíduo, enquanto cidadão, ou mesmo servir como garantia de direitos.

No entanto, um historiador tem uma definição mais ampla de documento. Para ele, praticamente tudo poderá vir a ser considerado documento, desde que forneça informação sobre alguma matéria sujeita a investigação histórica.

A compreensão de documento foi ampliada ao longo do século XX, e encontramos na pag. 84 da publicação Parâmetros Curriculares Nacionais de 3ª a 8ª séries, da Secretaria de Educação Fundamental, MEC, 1998 a seguinte definição:

“Os documentos passaram a ser tudo o que é registrado por escrito, por meio de sons, gestos, imagens ou que deixou indícios de modos de fazer, de viver e de pensar dos homens - músicas, gravuras, mapas, gráficos, pinturas, esculturas, filmes, fotografias, lembranças, utensílios, ferramentas, festas, cerimônias, rituais, intervenções na paisagem, edificações etc. As fontes escritas passaram a ser variadas - textos litera-

rios, poéticos e jornalísticos, anúncios, receitas médicas, diários, provérbios, registros paroquiais, processos criminais, processos inquisitoriais etc”.

Os documentos do Arquivo Histórico Municipal são, em geral, escritos a mão ou impressos em papel, e na sua maior parte foram usados na administração da cidade de São Paulo. Esses papéis, no decorrer do tempo, são recolhidos, identificados e ordenados, antes de serem disponibilizados a consulta. Os documentos recolhidos ao Arquivo, normalmente estão acondicionados em livros, maços, caixas e pastas. Primeiro, são levados para a área de higienização, onde é efetuada a sua limpeza e, depois, é feita sua classificação.



Higienização

Durante a higienização, é feito um relatório de avaliação em que são registrados os dados sobre as condições de conservação dos documentos, para efeito de futuras intervenções. É o momento também de executar os primeiros procedimentos para que um processo de deterioração em andamento seja interrompido.

O primeiro passo é a limpeza mecânica, feita a seco, com o objetivo de reduzir a poeira, as partículas sólidas, as incrustações, os resíduos de excrementos de insetos ou outros depósitos de superfície. Nesse processo não se usam solventes; a limpeza é feita com pincéis, flanela macia, aspirador, bisturi, pinça, espátula, agulha ou bastonete com ponta de algodão. Quem realiza a limpeza usa luvas de látex ou algodão e máscara. Cada suporte – livros, manuscritos, mapas, etc. – requer uma forma específica de higienização e materiais adequados.

Os reparos são pequenas intervenções que podemos executar visando interromper o processo de deterioração em andamento. Essas intervenções devem obedecer a critérios técnicos rigorosos, pois do contrário, corre-se o risco de aumentar os danos, às vezes de forma irreversível.

Toda intervenção deve obedecer a técnicas e procedimentos reversíveis e com materiais de qualidade arquivística (livres de impurezas e de acidez), de forma a não existir nenhum obstáculo – na técnica e nos materiais –, caso seja necessário reverter o processo.



Consulta aos documentos

Os pesquisadores buscam informações nos documentos para reconstituir aspectos do passado. A narrativa baseada em documentos, com escrita dotada de uma coerência interna irrefutável, chama-se História. Há inúmeras modalidades de História: a História Social, a História Econômica, a História Política, a História da Arquitetura e Urbanismo, a da Arte... Sem os documentos conservados nos arquivos, muitos de nossos livros não poderiam ter sido escritos.



Foto: Mariana Ogata/Alamy.com

CUIDADO COM OS DOCUMENTOS NA HORA DA PESQUISA

PARARE

Como você já sabe, o Arquivo tem um acervo valioso e muito antigo, com material muito delicado que deve ser manipulado com extremo cuidado, para que as informações nele contidas não se percam. Portanto, aqui vão algumas dicas de procedimento para que esse acervo possa se manter conservado por muito mais tempo.

- Nunca coloque objetos sobre os livros ou documentos, pois eles danificam o papel.



- Não deixe os livros abertos com as lombadas para cima.



- Nunca apoie os cotovelos sobre os livros ou outros documentos, pois isso faz com que a sua estrutura se rompa.



- Evite comer ou beber próximo de livros e outros papéis, pois alimentos atraem insetos e se caírem sobre o material consultado, podem deixar impurezas.



- Nunca dobre as páginas, pois as dobras rompem as fibras, acelerando o processo de deterioração. Se precisar marcar a página, utilize tiras de papel ou marcador apropriado.



- Abrir um livro além do seu limite danifica a encadernação.



• Não utilize o livro ou documento como apoio para suas anotações.



• Fitas adesivas deixam resíduos ácidos, acelerando a deterioração do papel.



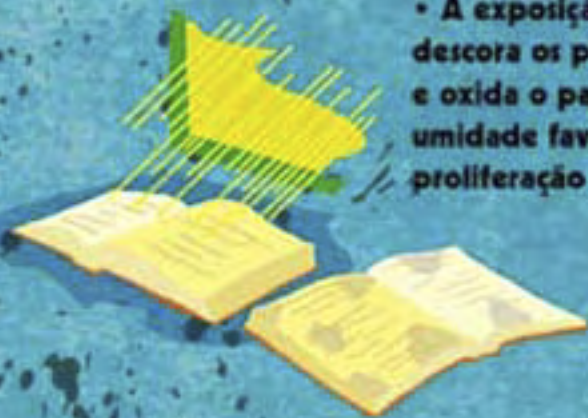
• Nunca escreva, desenhe ou rabisque qualquer coisa nos livros e documentos.



• Cuidado! A saliva mancha o papel.



• A exposição ao sol descora os pigmentos e oxida o papel. Já a umidade favorece a proliferação de fungos.



• Ao manusear livros e documentos, esteja sempre com as mãos limpas. No caso de documentos antigos, deve-se usar luvas de látex e máscara, que serão fornecidas pelos atendentes.



Terminada a consulta, devolva o material ao atendente para que ele seja recolocado em seu lugar e esteja disponível para novas consultas, feitas por você ou por outros consulentes.

Formação histórica da cidade



A história da fundação de São Paulo começa com a fundação de uma casa de catequese pelos jesuitas. Estes eram padres que vieram de Portugal com o objetivo de transmitir aos índios os ensinamentos da Igreja católica.

No dia 25 de janeiro de 1554, os padres Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e Manuel de Paiva celebraram a missa que oficializou a instalação dessa casa, só depois elevada a Colégio.

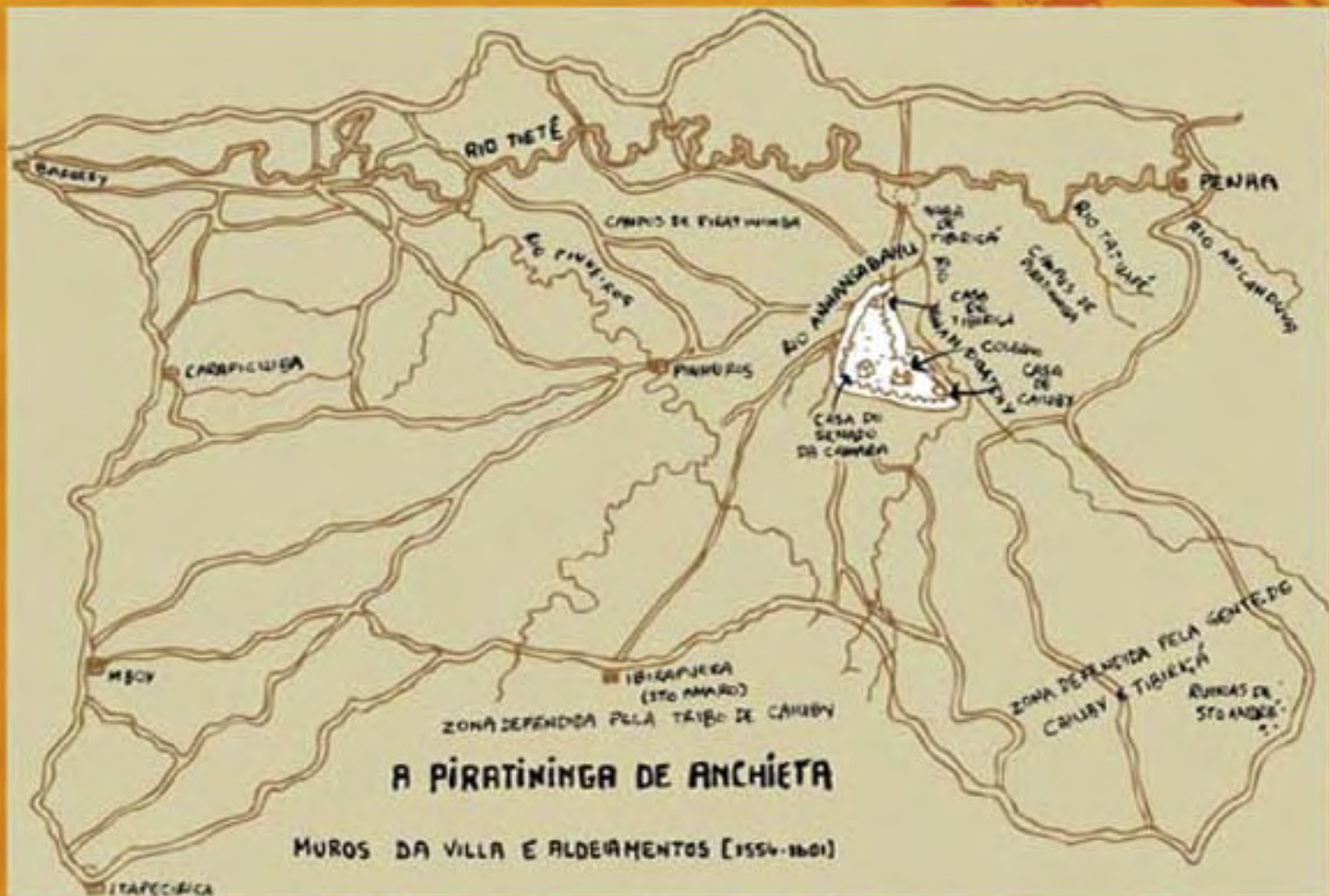
O local escolhido para a instalação da casa jesuítica foi uma colina alta e plana cercada pelo Rio Tamanduateí e pelo Ribeirão Anhangabaú, situação que possibilitava alcançar com a vista grandes distâncias, facilitando a defesa contra os ataques dos índios hostis. Nessa colina, junto da várzea do Tamanduateí, instalou-se o aldeamento dos jesuitas e, a partir de 1560, a vila de São Paulo de Piratininga. Durante séculos, os limites da povoação ocuparam uma área diminuta, tradicionalmente denomi-

nada Triângulo, constituída pelas atuais ruas São Bento, Direita e 15 de Novembro. Até a segunda metade do século XVIII, as três habitações das comunidades religiosas estabelecidas nas redondezas, o Convento do Carmo, o Mosteiro de São Bento e o Convento de São Francisco serviam de balizas para a área urbana de São Paulo.

A população da vila, depois cidade (1711) de São Paulo, era composta predominantemente pela mistura de portugueses e índios. Raros eram os escravos negros, que ao longo do século XVIII começaram a aumentar em número.

No princípio, São Paulo vivia da agricultura de subsistência e do aprisionamento de índios para serem vendidos como escravos. Desde o início da ocupação do planalto de Piratininga o sonho dos portugueses era descobrir ouro, prata e pedras preciosas. O "bandeirismo" (as "bandeiras" eram expedições organizadas para aprisionar índios e procurar pedras e metais preciosos nos sertões distantes) levou ao desbravamento das matas, à ampliação dos limites das terras brasileiras e deu início ao Ciclo do Ouro com a descoberta das Minas Gerais em fins do século XVII.

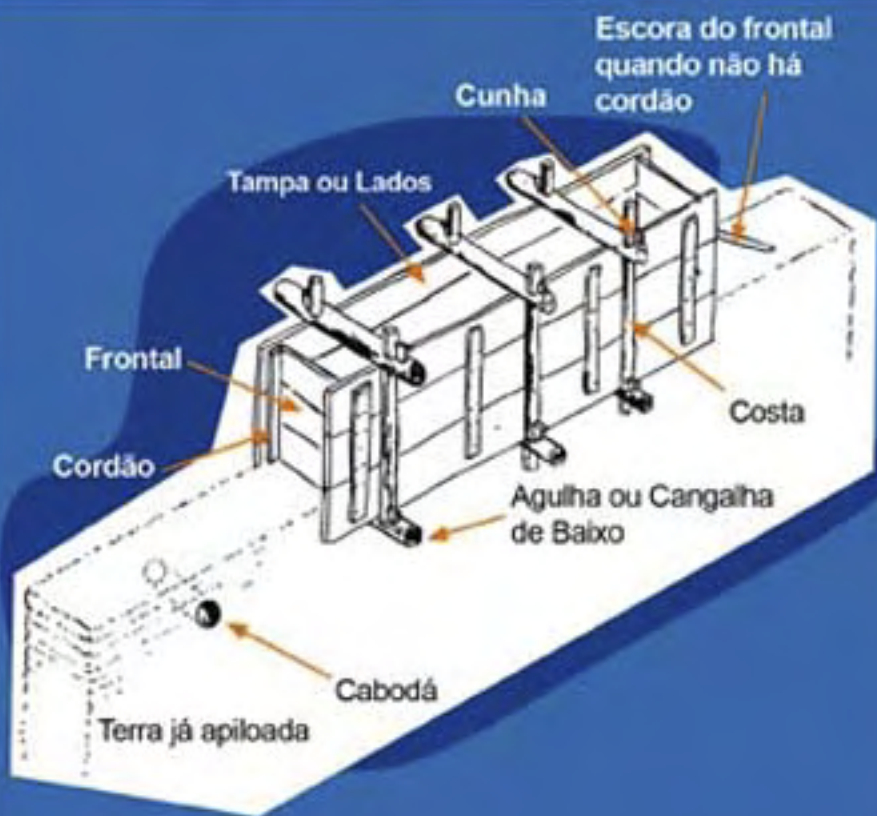




No séc. XVI a vila era murada devido aos constantes ataques indígenas.

Taipa de pilão

Durante os primeiros anos a vila estava, por proteção, toda murada. As casas eram construídas com taipa de pilão, técnica construtiva trazida pelos portugueses, feita com terra ligeiramente úmida colocada entre formas de madeira e socada com um pilão. As formas eram depois retiradas, e o processo era novamente executado até chegar a altura desejada das paredes. A grande vantagem desse tipo de construção é que deixava as casas frescas no verão e quentes no inverno. O material praticamente não custava nada, porque quase sempre era empregada a terra encontrada ao pé da obra. As paredes, quando pintadas – o que era raro, nos primeiros séculos –, o eram com barro branco chamado pelos índios de tabatinga, encontrado na várzea do Tamanduaí (Morro da Tabatinguera). As construções eram cobertas com telhas de barro, sapé ou com palha aguarirana (espécie de palmeira); as paredes internas, feitas de pau-a-pique (taipa de mão). Os telhados apresentavam beirais bastante largos para impedir que as águas das chuvas danificassem as paredes externas.



Taipal

Fonte: Corona & Lemos, Dicionário da Arquitetura Brasileira, Edart, SP, 1972.

A taipa de pilão recebe esta denominação por ser socada (apiloada) com o auxílio de uma mão de pilão. A forma que sustenta o material durante sua secagem é denominada taipal, o que até hoje dá o nome aos componentes laterais das formas de madeira. Quando necessário, eram acrescentados estabilizantes, argila ou saibro amarelo pedregulhento, para dar a consistência ideal à terra a ser apiloada.

Introdução aos documentos

O Arquivo Histórico Municipal Washington Luis possui documentos datados a partir do século XVI. Os mais antigos, de 1555, são as Atas da Câmara Municipal de Santo André, vila depois extinta e transferida para São Paulo em 1560. Esses documentos são manuscritos (escritos à mão) e a leitura deles é muitíssimo difícil, em razão da caligrafia então empregada e do uso de palavras hoje desconhecidas. Foi necessário contratar especialistas em paleografia (leitura de escritas antigas) para transcrever os textos, que hoje, publicados em volumes, podem ser consultados na Seção de Acervo Bibliográfico (biblioteca) do Arquivo Histórico Municipal.

Selecionamos uma pequena amostra de documentos que contam parte da história da cidade e tratam dos primeiros povos formadores da cidade até o século XVIII.





Quando os portugueses chegaram ao Brasil, estima-se que haveriam de 2 a 4 milhões de índios, que estavam divididos em tribos de acordo com o tronco lingüístico.

No Planalto de Piratininga, os jesuítas e colonos encontraram várias aldeias tupis. As tribos indígenas que ali habitavam pertenciam ao grupo de índios tupiniquins.

Os tupis (tupiniquins, tamoios, tupinambás, etc.), na sua maioria, viviam para a guerra e orgulhavam-se de sua força e coragem. As guerras que aconteciam entre nações indígenas, passaram a ser contra os novos habitantes da vila que se estava formando.

No início, os índios ganharam alguns combates contra os brancos, mas acabaram vitimados pelas armas de fogo, pelas doenças e pela escravidão; aos poucos foram sendo marginalizados, perderam suas terras e assistiram o desaparecimento de muitos de seu povo.

Atualmente, o território brasileiro abriga apenas 400 mil índios que vivem principalmente em reservas indígenas demarcadas e protegidas pelo governo.

Ataques indígenas

"(...) faz quatro anos que a esta Capitania veio o Governador Mem de Sá, para lhe ser requerido para o povo de São Vicente, Santos e padres da Companhia de que as provesse e fortalecesse esta vila pelas razões acima ditas, as quais vistas por ele o fez com o despovoamento da Vila de Santo André e os moradores dela recolher e fazer viver nesta dita vila (...) são os tamoios e (...) tupiniquins há quinze anos a esta parte que sempre matam no sertão homens brancos (...) e não satisfeitos com isto não lhes fazendo a gente desta capitania mal nenhum quebraram as pazes que conosco tinham e se ergueram e vieram sobre esta vila e a tiveram a cerco certos dias, (...) destruindo os mantimentos e matando e levando alguns homens brancos e escravos e (...) muito do gado (...)".

Transcrição conforme português atual, (baseada na versão publicada no início do séc. XX.)
Ata da Câmara de São Paulo,
12 de Maio de 1564.



Após 25 de janeiro de 1554, o controle da vila de São Paulo e das terras vizinhas ainda não estava assegurado pelos brancos. Até pelo menos os últimos anos do século XVI, os povos indígenas continuavam a lutar para garantir aquilo que então lhes pertencia.

Pare e pense

O que você sabe sobre a relação entre brancos e índios no Brasil, nos dias de hoje?

Aldeamentos

"Uma pessoa zelosa do serviço de Deus, e bem das almas, e do serviço de Vossa Alteza lhe faz presente, como as aldeias dos índios de Barueri, dos Pinheiros, São Miguel e Conceição, que no districto da villa de São Paulo estão, e são da administração de Vossa Alteza se acham impossibilitadas de gente por serem os índios dellas levados de moradores ao sertão, onde perecem todos, com que remontando-se nesta conformidade se vão as aldeias

extinguindo, e os capitães brancos, que as administram por ordem das câmaras ou governadores não fazem aquillo que convem ao serviço de Vossa Alteza por anteporem suas conveniências próprias ao augmento das mesmas aldeias. (...).

Que cada qual destas quatro aldeias tem suas igrejas com todo o necessário para se celebrarem os sacramentos; que a custa do serviço dos mesmos índios as sustentam; e apenas nos dias do orago de cada aldeia são assistidos, e confessados, e as mais vezes pelos padres da Companhia, que por caridade acodem as estes sacramentos (...) se não celebra nellas, em razão de serem levados os ditos índios, e espalhados por casas dos moradores a servir sem terem assistencia das ditas aldeias, levando-os ás mais capitánias; com que vivendo sem quem os governe despovoam as aldeias, porque nellas não podem fazer suas roças, nem pôr mantimentos por não terem descanso, e andarem em perpétua servidão, sem terem premio para sua conservação, perecendo muitos á necessidade, e em suas doenças, e males, sendo menos tratados á conta de não serem escravos próprios daquelles moradores. (...)"

Transcrição conforme o original
(baseada na versão publicada no início do séc. XX.)
Registro de um papel que se apresentou a Sua Alteza
sobre as quatro aldeias da Vila de São Paulo.
8 de Janeiro de 1678





Capela de São Miguel Arcanjo, em São Miguel Paulista, 1921. Aspecto anterior ao restauro, executado após o tombamento.

A segunda metade do século XVI vê surgir a política dos aldeamentos, da qual os jesuítas se incumbiram. No princípio, ficavam próximos ao litoral da colônia, mas os aldeamentos não perseguiram o mesmo objetivo durante todo o tempo e em todos os lugares onde eles foram instalados.

Nos aldeamentos, os indígenas deveriam adotar os costumes cristãos e pautar suas vidas pelas regras da nova religião. Uma vez aldeados, índios de diferentes origens estariam, a rigor, sob a proteção dos jesuítas ou de outros religiosos.

Pare e imagine

Como seriam os aldeamentos paulistas?



Tamanduateí

De "Tamandua" + "têi" + "y": Rio do Tamandua Grande, segundo interpretação de Teodoro Sampaio.

Alteração de "Tamandetal": rio de muitas voltas.

Alteração de "Tamendatay" (palavra Guarani): rio que faz muitas voltas.

As duas últimas interpretações são as que mais se aproximam da antiga característica desse rio, qual seja, a de fazer muitas voltas até desaguar no Tietê. No atual Parque D. Pedro II, antiga Várzea do Carmo, o Tamanduateí realizava pelo menos sete voltas num percurso de menos de 1 Km.

O Rio Tamanduateí foi de fundamental importância para a cidade de São Paulo. Dele eram retirados os peixes para o consumo da população entre os séculos XVI e XVIII.



Anhangabaú

De "Anhangã" (mau espírito, malefício, feitiço, diabo) + "y" (rio). Nesse caso, explica-se o nome porque o ribeirão Anhangabaú sempre transbordava em épocas de chuvas fortes. No atual vale do Anhangabaú, as águas ficavam empoçadas e em contato com o lixo que ali era jogado, "as águas assombradas" traziam uma série de doenças para a população. Dentre elas, a mais comum era a febre tifóide.

Segundo alguns autores, o sentido de "Anhangã" foi deturpado pelos portugueses pois, na mitologia tupi, ele seria o "gênio da floresta, espírito protetor da fauna e da flora". Nesse caso, temos uma outra interpretação: de "Anhangã" (espírito protetor das matas) + "ambaú" ou "ambay" (figueira): figueira de anhangã, figueira brava cujos frutos não são comestíveis.



As Epidemias

"(...) as doenças foram muitas e as bexigas mataram muita gente e os que escaparam estão ainda que não podem trabalhar (...)".

Transcrição conforme português atual,
(baseada na versão publicada no início do século XX)
Ata da Câmara de São Paulo
29 de Abril de 1564

Afetado por epidemias e vendo suas terras serem continuamente ocupadas por roças de brancos, os aldeamentos desaparecem lentamente ao longo do século XVIII e assumem as primeiras características de bairro.

Pare e pense

Você conhece algum bairro que teve início em terras ocupadas por antigos aldeamentos?

Escravidão e liberdade



“(…) sobre a liberdade dos índios de São Paulo em que me dais conta de como os moradores desta vila tinham ajustado em que os ditos índios fossem forros e que como tais os tratariam e que se serviram deles pagando-lhes o seu trabalho, vestindo-os e doutrinando-os e que nunca os venderiam, nem os dariam em pagamento de dívidas, nem iriam ao sertão captivar os mais. (...) se atenda a liberdade dos índios com respeito e conservação e segurança da vila de São Paulo e tendo juntamente ouvido o parecer dos religiosos mais doutos da Companhia de Jesus do Colégio desta cidade e o estado presente das coisas em que devo procurar os meios mais adequados a estabelecer e perpetuar a liberdade dos índios e a segurança do bem espiritual das almas (...)”.

Transcrição conforme português atual,
(baseada na versão publicada no início do século XX)
Ata da Câmara de São Paulo
27 de Janeiro de 1694

As cartas de perdão requeriam anulação de multas e penas a quem tomasse terras e escravizasse índios. Resultado da contradição e do desrespeito contínuos às leis relativas à liberdade dos índios, esses documentos argumentavam a favor dos colonos, mostrando os benefícios da proximidade destes com o gentio.

Tarefas de índios

"Aos vinte e dois dias do mês de setembro de mil e quinhentos e setenta e seis anos nesta vila de São Paulo do Campo (...) que a ponte do rio Tamanduatei estava para cair, que suas mercês a mandassem consertar, por ser muito necessário para a serventia deste povo. Os senhores oficiais mandaram que fosse notificado e apregoado amanhã à saída da missa do dia, que todo o morador desta vila mandasse segunda e terça seus escravos para fazerem a ponte. Decidiu-se ainda que toda a pessoa que tiver mais de seis escravos mandará dois para o serviço e quem tiver menos de seis peças mandará uma peça (...)"

Transcrição conforme português atual,
(baseada na versão publicada no início do século XX)
Ata da Câmara de São Paulo
22 de Setembro de 1576



No atual Parque D. Pedro II, antiga Várzea do Carmo, o rio Tamanduatei realizava pelo menos sete voltas num percurso de menos de 1 Km.

"(...) os cem soldados que essa vila ofereceu para servirem a campanha de Pernambuco, viram os Holandeses com poder grande ao Rio de São Francisco, donde tenho mandado ao Mestre de Campo Francisco Rabello com um troço de infantaria a acudir ao damno que alli podem fazer, (...) me pareceu resolver que aos ditos cem soldados offercidos se aggreguem outros cento, e com dois mil indios que é o que menos que julgo que dahi se podem abalar, das aldeias de Sua Majestade e dos particulares que forem, marchem logo pelo sertão ao Rio de São Francisco e descendo por elle abaixo se incorporem ahí com o dito Mestre de Campo (...)".

Transcrição conforme o original,
(baseada na versão publicada no início do século XX)
Registro Geral da Câmara de São Paulo
21 de Novembro de 1646



Foto: Acervo da Seção Técnica de Levantamento e Pesquisas do IPHAN

"(...) Dom Rodrigo Castelo Branco fidalgo da casa de Sua Alteza, administrador e provedor geral das minas da Repartição do Sul (...) informo que fugiram vinte e sete indios, levando ferramentas, espingardas, mantimentos e outros apetrechos que deixaram pelo caminho e me fazem grande falta para o serviço de busca das minas, abertura de caminhos e transporte de mantimentos (...) pois sem eles haverá grande dano pois não se conseguirá chegar aos cerros das esmeraldas (...)".

Transcrição conforme português atual,
(baseada na versão publicada no início do século XX)
Registro Geral da Câmara de São Paulo
4 de Abril de 1681

O trabalho braçal na colônia sempre foi visto pelos brancos que tinham mais posses como coisa de escravos. Primeiro foram os índios, depois os africanos. Em São Paulo, as mais diferentes tarefas foram atribuídas aos escravos indígenas. Algumas delas eram realizadas nas obras públicas.

A ocupação das terras indígenas

Nos dois primeiros séculos da colonização, a legislação referente à doação de terras previa ocupação e aproveitamento das mesmas pelos colonos. A *Data* era uma doação de terras já ocupadas e com alguma produção, sem ônus para o ocupante. Outra modalidade era a *Carta de Aforamento*, que estabelecia um pagamento anual e configurava uma nova posse.

Pesquise sobre a situação atual das terras indígenas no Brasil.

"Jerônimo Leitão, capitão desta capitania de São Vicente (...) faço saber a todos os juizes e oficiais de justiça e pessoas desta capitania que esta minha carta de doação de terras (...) a mim enviaram os índios de Piratininga da aldeia dos Pinheiros e da aldeia do Ururai, que até agora lavraram na terra dos padres por serem índios cristãos e as ditas terras se vão acabando e eles necessitam de terras para poderem se sustentar e se não as tiverem por já ser dada aos portugueses que não lhes permitem nelas lavar. (...) Os suplicantes alegam que nasceram nas ditas terras e não as pediram antes por não saberem ser necessário fazê-lo e se agora elas não lhes forem dadas, serão forçados a viver muito longe (...)".

Transcrição conforme português atual,
(baseada na versão publicada no início do século XX)
Registro Geral da Câmara de São Paulo
4 de Junho de 1822



Os índios solicitavam *Carta de Data* para não ficarem sem terras, já que tudo havia sido repartido entre os portugueses (Pinheiros e Ururai). São-lhes concedidas terras em Carapicuíba e em Jaguaporeba.

Você sabia que, ainda, temos tribos indígenas na cidade de São Paulo? Mas elas não são daqui, vieram de muito longe.

Jesuítas



Os padres jesuítas pertencem à Companhia de Jesus, uma ordem religiosa criada na França, em 1534, por santo Inácio de Loiola. Os jesuítas vieram para o Brasil em 1549, indo primeiro a Salvador, depois para São Vicente e em 1554 se fixaram no Planalto de Piratininga. Onde os padres Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e Manuel de Paiva fundaram uma casa de catequese que daria início à formação da vila de São Paulo.

No ano de 1640, os jesuítas foram expulsos de São Paulo, por discordarem seriamente da prática da escravização indígena para fins mercantis. Mas retornaram em 1653. Os jesuítas, porém, acabaram sendo expulsos definitivamente do Brasil por ordem do Marquês de Pombal, ministro do rei de Portugal D. José I, através do alvará datado de 28 de junho de 1759, que lhes confiscou os bens e fechou os colégios.

Confronto entre jesuitas e colonos

“(…) se era bem que se fizesse entrada ao sertão, (….) Logo disse Jorge Moreira que ao presente não lhe parecia bem que o senhor capitão fosse por enquanto. Não estava em tempo por causa das águas e não haver sal para as carnes. Afonso Sardinha disse que não lhe parecia bem que o senhor capitão fosse em pessoa, pois viera para ir buscar a nossa gente e que era bem que se fizesse paz com o gentio se pudesse ser (….) ele viera com a intenção para ir ao sertão com o dito capitão, mas que achava inconveniente e diziam os padres da companhia que se não podia fazer guerra e o capitão não podiam sair (….)”.

Transcrição conforme português atual,
(baseada na versão publicada no
início do século XX)
Ata da Câmara de São Paulo
3 de Outubro de 1593

Desde 1587, tornou-se obrigatória a presença de missionários, principalmente jesuitas, junto aos chamados “descimentos” de índios do sertão, sob o argumento de que se tinha de converter o gentio. Em razão disso, em meados do século XVII ocorreram inúmeros tumultos entre colonos (moradores) e jesuitas (representantes do poder espiritual).



A expulsão dos jesuítas da Vila de São Paulo

"(...) foram todos, povo e câmara, ao colégio da Companhia de Jesus e lhe fizeram a notificação, a qual fiz eu, escrivão da câmara, a requerimento do povo e câmara, a dita notificação ao reverendo Pe. Nicolau Botelho, que dentro de seis dias despejassem esta vila e se recolhessem ao colégio do Rio Janeiro, para segurança de suas vidas (...)"

Transcrição conforme português atual,
(baseada na versão publicada no início do século XX)
Ata da Câmara de São Paulo
2 de Julho de 1640





O retorno à vila

"Com a restituição dos reverendos padres da Companhia a esta Vila de São Paulo, donde foram expulsos, era coisa em que debatia há tantos anos, com não pequena inquietação deste povo por falta de justiça (...) os tornamos a restituir ao seu colégio e a posse de tudo o que se achou ser seu neste distrito, com alegria e aplauso geral de todo este povo (...)"

Transcrição conforme português atual,
(baseada na versão publicada
no início do século XX)
Registro da carta que a Câmara
escreveu a sua majestade.
2 de Julho de 1653

Após a expulsão do Brasil

Registro de uma carta do doutor ouvidor geral e corregedor desta comarca, João de Sousa Filgueiras, a respeito dos bens dos jesuítas:



"(...) Para satisfação e execução das ordens reais expedidas contra os bens dos padres jesuítas, faz-se preciso que vossas mercês sem demora, pois como naturais da terra têm conhecimento da possibilidade e capacidade das pessoas, nomeiem para depositários dos bens móveis, ouro e prata deste Colégio de São Paulo, quatro pessoas chãs (moradoras) e bem abonadas para acceitarem o dito depósito. Vossas mercês, por serviço de Sua Majestade, assim o farão executar (...)".

Transcrição conforme o português atual,
(baseada na versão publicada no início do século XX)
São Paulo 18 de Dezembro de 1759



Mapa da
Capital da
Província de
São Paulo,
de autoria de
Fernando de
Albuquerque e
Jules Martin,
elaborado em
1877. Coleção
Mapas do IV
Centenário,
Prefeitura de
São Paulo,
1954.



Bandeirantes



Naqueles tempos, a vila de São Paulo era pobre e seus moradores, gente de poucos recursos econômicos, organizavam expedições pelo sertão com o objetivo predominante de capturar índios e procurar por pedras e metais preciosos. Estas explorações chamadas de entradas (oficiais e organizadas pelo governo) e bandeiras (financiadas por particulares) eram comandadas pelos hoje chamados bandeirantes.

As primeiras bandeiras seguiam as trilhas abertas pelos índios nas matas, ou seguiam o percurso dos rios. O rio Tietê (que antes era chamado de Anhembi) foi um dos principais meios de acesso para o interior de São Paulo.

Os bandeirantes ficaram historicamente conhecidos como os responsáveis pela conquista de grande parte do território brasileiro e, também, pela forma violenta que agiam na caça de indígenas e de escravos foragidos, contribuindo para a manutenção do sistema escravocrata que vigorava no Brasil Colônia.

Um bandeirante

"(...) requereu o procurador do conselho, que era informado que Fernão Dias, capitão dos índios, queria ir ao sertão e levar consigo, segundo se dizia, alguns moradores. O que era em grande prejuizo deste povo, por haver pouca gente, por respeito dos moradores estarem no sertão e visto pelos ditos oficiais da câmara mandaram a mim, escrivão, notificasse ao dito capitão Fernão Dias para que aparecesse nesta câmara e dê razão do que há, para com isso se ausentar, o que for mais serviço de sua majestade e se avisar de tudo ao capitão mor(...)".

Transcrição conforme português atual,
(baseada na versão publicada
no início do século XX)
Ata da Câmara de São Paulo
2 de Setembro de 1623



Fernão Dias, o capitão dos índios



"(...) que fosse notificado o dito capitão Fernão Dias que escolhessem um dos cargos e que, escolhendo o de capitão, assistisse na aldeia com sua casa e família de assento e desse por um rol por ele assinado os índios e índias, pequenos e grandes, assim os que estavam na aldeia, como os que estavam fora dela, nomeando os lugares onde e com quem. E, outrossim, desse também rol de gente que novamente descera do sertão, para assim nunca serem alheados e os ditos índios poderem gozar de sua liberdade (...)".

Transcrição conforme português atual,
(baseada na versão publicada no início do século XX)
Ata da Câmara de São Paulo
20 de Janeiro de 1624

O Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret, está situado em frente ao Parque do Ibirapuera (que em tupi-guarani - ypy-ra-ouëra - quer dizer "pau podre").

Prisão de Raposo Tavares

"(...) requeressem ao ouvidor fossem prender Raposo Tavares e a Paulo Amaral por serem amotinadores deste povo e mandarem levantar a gente para irem ao sertão...".

Transcrição conforme português atual,
(baseada na versão publicada
no início do século XX)
Ata da Câmara de São Paulo
25 de Setembro de 1627



Por vezes, a Câmara Municipal de São Paulo proibia a saída dos bandeirantes para o sertão. Num desses casos, o bandeirante Raposo Tavares recebeu voz de prisão por contrariar essa ordem.



A descoberta das esmeraldas

"... apareceu Garcia Rodrigues Pais e pelo dito foi requerido aceitassem as esmeraldas que apresentava e manifestava descobertas por seu pai o Governador Fernão Dias Pais, as quais lhe restou das que tinham oferecido ao administrador geral Dom Rodrigo Castelo Branco, com assento de as remeter a sua alteza, que Deus guarde, por duas vias como assim o tinha feito e porque determinava pessoalmente oferecê-las pessoalmente aos reais pés do príncipe, nosso senhor, as trazia a esta câmara para serem vistas, contadas e pesadas pelos senhores oficiais da câmara (...) descobriram as ditas pedras de esmeraldas e acharam em um saco quarenta e sete pedras grandes e pequenas, algumas delas transparentes, que pesaram uma aratel e cinco oitavas e em outro de agulhas finas pesaram um aratel e vinte e seis oitavas, mais outro de pedras miúdas com nove grandes imperfeitas que pesaram três (...) que vão em sacos de tafeta encarnado, metidos em dois sacos maiores de chamalote encarnado, e por esta maneira, sendo feita a sobredita diligência, foram tomadas as ditas pedras nos ditos sacos ao apresentante (...)"

Transcrição conforme português atual, (baseada na versão publicada no início do século XX)
Ata da Câmara de São Paulo
11 de Dezembro de 1681



Fernão Dias Pais pertencia a uma ilustre família de bandeirantes. Era sobrinho do capitão dos Índios, Fernão Dias Leme, e sogro de Borba Gato.



Amador Bueno da Veiga vai ao sertão



"(...) mandassem vir ao cabo maior Amador Bueno da Veiga, a quem tinha que fazer um requerimento na presença deles com o seguinte teor: que visto seguir viagem para as Minas em serviço de Sua Majestade, que Deus guarde e por bem da patria e bem comum dela, que da parte do dito senhor requeria não permitisse se fizessem absurdos, roubos, hostilidades e ultimamente mortes (...) O dito cabo maior assegurou que de sua parte prometia em tudo cumprir... e que o seu ânimo era introduzir aos seus naturais naquela sua antiga posse, o que havia de fazer por meios licitos e em tom pacifico, mas que havendo alguma opposição alterada e quisessem os levantados, com aquela costumada ousadia, roubalos, desarmá-los ou mata-los como tinham feito, que em tal caso era natural a defesa, mas que havia sempre de sujeitar-se a razão e obrar com os seus maduros conselhos, porque a sua vontade era em tudo acertar (...)".

Transcrição conforme português atual,
(baseada na versão publicada no início do século XX)
Ata da Câmara de São Paulo 24 de Agosto de 1709



A descoberta de ouro em Minas Gerais

Termo de requerimento do povo sobre o descobrimento dos Cataguases.

"Aos dezesseis dias do mês de abril de mil e setecentos nesta Vila de São Paulo, nas casas do conselho, estando o juiz com os vereadores e o procurador em Câmara tratando do bem comum, apareceram os homens bons da república nesta Câmara e logo por eles foi requerido que esta, em nome deste povo e das mais vilas anexas, requeresse ao general Artur de Sa Menezes, governador da praça do Rio de Janeiro e das demais repartições, que as terras do território das minas dos Cataguases, sejam campos como matos lavrados, de direito pertença aos paulistas, para as possuírem por datas de Sua Majestade, que Deus guarde, ou de quem for donatário, porquanto foram eles [paulistas] os que conquistaram as ditas terras e são os descobridores das minas de ouro que presentemente se lavram; [isto] é notório e patente, [e] tudo fizeram a custo de suas vidas e posses sem dispêndio da fazenda real, e que seria uma grande injustiça conceder-se as ditas terras aos moradores do Rio de Janeiro, que nunca tiveram parte na conquista [ou] no descobrimento; e [pedem] que [este] seu Requerimento seja encaminhado à sua Majestade para que determinasse como fosse servido [Isto posto], aceltaram

os oficiais na forma que requeriam, de que fiz este termo em que se assinou com os ditos oficiais da Câmara [e] eu, Jerônimo Pedroso de Oliveira, escrivão da Câmara, o escrevi – Francisco da Silva [juiz] – Francisco de Camargo Pimentel [juiz] – Domingos Fernandes Porto [vereador] – Antônio Bicudo de Brito [vereador] – João Pais Domingues [vereador] – Pedro Jacome Vieira [procurador do conselho, e os demais interessados:] Manuel Lopes de Medeiros, João de Camargo Pimentel, Antônio Raposo da Silveira, Francisco de Camargo de Santa Maria, Antônio do Prado da Cunha, Garcia Rodrigues Pais, Manuel da Costa de Azevedo, Manuel do Prado de Siqueira, José Pires Monteiro, José Pires Pimentel, José Correia de Moraes, Manuel Martins de Barcelos, Manuel das Neves, Francisco Correia de Lemos, Pedro Taques de Almeida, Antônio de Oliveira Leitão, Francisco Nunes de Siqueira, Dom Simão de Toledo Pisa, Domingos Cardoso de Almeida, José Freire Farto, Manuel da Fonseca de Oliveira, Bonifácio Nabo de [Mendonça], Manuel da Costa Leme, José de Camargo Ortiz, Pedro Delgado de Camargo.”

Transcrição conforme o português atual
(baseada na versão publicada no início do século XX)
Ata da câmara de São Paulo
16 de Abril de 1700





No Brasil, a escravidão teve início com a produção de açúcar na primeira metade do século XVI. Os portugueses traziam os negros de suas colônias na África para empregá-los como mão-de-obra nos engenhos de açúcar, localizados especialmente no Nordeste brasileiro. O transporte era feito em navios negreiros. Em condições desumanas e amontoados nos porões, estas pessoas quando chegavam ao seu destino (muitos morriam durante a viagem) eram comercializadas como qualquer outro tipo de mercadoria.

A partir da metade do século XIX, a escravidão no Brasil passou a ser contestada pela Inglaterra. Em 1850, o Brasil cedeu às pressões inglesas e aprovou a Lei Eusébio de Queirós que acabou com o tráfico negreiro. Em 28 de setembro de 1871, era aprovada a Lei do Ventre Livre, que libertou os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Em 1885, era promulgada a Lei dos Sexagenários, que garantia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade.

Par a par com essas medidas, os próprios escravos começaram a atuar contra o sistema escravista e em prol de sua liberdade. As fugas e a formação de quilombos era parte desse processo. No Brasil, a escravidão foi extinta oficialmente através da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Entretanto, séculos de lutas antecederam esse desfecho.

Na cidade: repressão e resistência

"Ninguém poderá alugar casas, ou quartos a escravos. Os donos dos prédios que infringirem esta postura serão multados em dez mil réis, e o duplo nas reincidências."

Artigo 1º da Postura Municipal
de 8 de Fevereiro de 1830.

No século XIX, a população negra de São Paulo (fossem escravos ou libertos) concentrava-se especialmente nas proximidades da antiga igreja do Rosário dos Homens Pretos (inaugurada em 1737 na atual Praça Antônio Prado), no bairro de Santa Ifigênia e de sua igreja, cuja santa era por eles cultuada; no Largo do Paçandu, para onde a igreja do Rosário foi transferida em 1904 e, seguindo adiante pelo Vale do Anhangabaú, havia ainda uma forte presença de habitantes negros nos bairros da Consolação e da Bela Vista, conhecido como Bexiga.

Estatística da população negra em São Paulo no ano de 1872:

- Região da Sé: 3760 (40,72% da população local que somava 9.233 habitantes)
- Santa Ifigênia: 1537 (34,46% da população local que somava 4.459 habitantes)
- Consolação: 1248 (37,57% da população local que somava 3.321 habitantes)

Curiosidade: o antigo "Campo do Chá", citado no documento, incluía a região onde se encontra atualmente o Teatro Municipal. Além, para transpor o Vale do Anhangabaú, foi construído, naquele ponto, o Viaduto do Chá, cujo nome ainda guarda aquela referência.

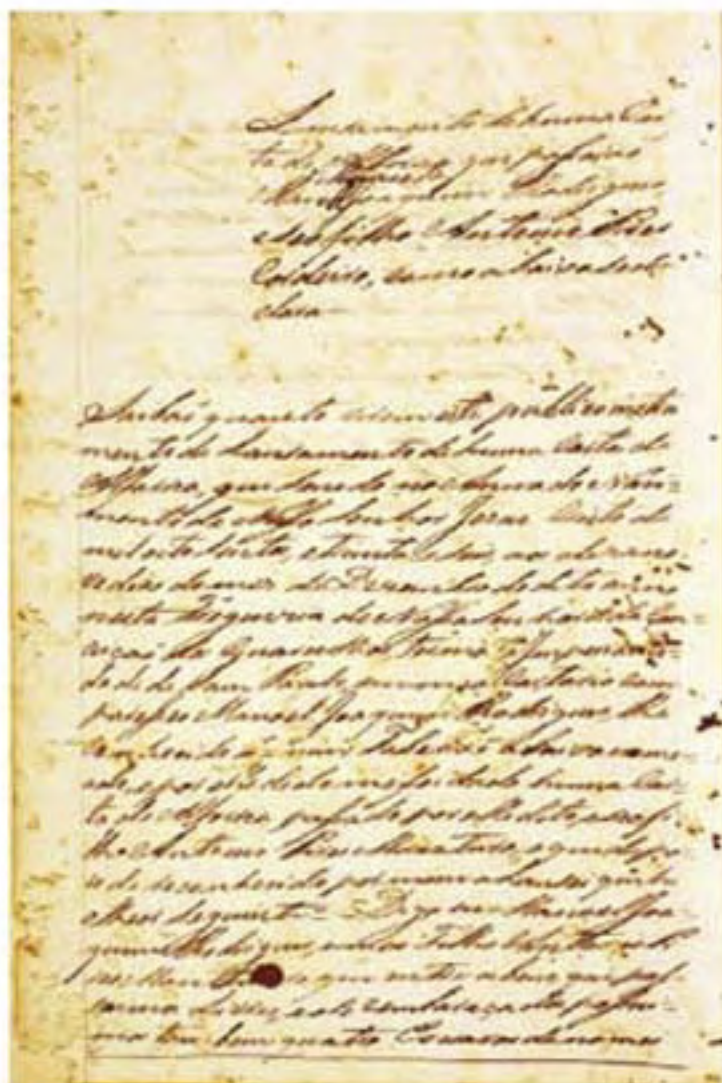


A cercar a cidade pelos seus flancos a oeste, toda aquela área era, ainda no século XIX, uma região de sítios e chácaras, muitos deles com mata fechada. E era justamente aí que se escondiam os escravos, fugidos dos maus tratos aplicados pelos seus senhores. Num claro exemplo de resistência, era mesmo nas encostas do Vale do Anhangabaú que a maioria deles se refugiava. Sabemos disso porque, em 1870, um vereador da Câmara Municipal chamado Pacheco de Toledo reclamou:

"Proponho que esta Câmara mande roçar as matas virgens existentes quase no centro da Freguesia de Santa Ifigênia, no Campo do Chá, por constar que ali se acoutam escravos fugidos(...)."

Transcrição conforme português atual
Ata da Câmara de São Paulo
21 de Abril de 1870.

Uma carta de alforria



Lançamento de uma carta de alforria que passaram Manuel Joaquim Rodrigues e seu filho Antônio Pires Monteiro, como abaixo se declara.

"Saibam quantos virem este publico instrumento de lançamento de uma Carta de Alforria, que sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e trinta e seis, aos dezoito dias do mês de dezembro do dito ano nesta Freguesia de Nossa Senhora dos Guarulhos, termo da Imperial cidade de São Paulo, em meu Cartório compareceu Manuel Joaquim Rodrigues, reconhecido de mim Tabelião abaixo nomeado, e por ele dito me foi passado uma Carta de Alforria passado por ele dito, e seu filho Antônio Pires Monteiro, o qual depois de reconhecido por mim a lancei que é o teor seguinte = Digo eu Manuel Joaquim Rodrigues, e meu filho Antônio Pires Monteiro, que entre os bens, aqui possuímos livres, e desembaraçados possuímos também quatro escravos de nomes Francisca, de idade de vinte e cinco anos mais ou menos, José de idade de oito anos, Eufrásio de idade de seis anos, e João de idade de quatro anos, todos mulatos, cujos escravos acima declarados por falecimento de meu pai Manuel Joaquim Rodrigues ficaram libertos, como se nasceu de ventre livre, por ser de nossas livres vontades, e sem constrangimento

de pessoa alguma, e por ser feita muito de nossas livres vontades, e para o que peço, e rogo as justiças de sua majestade Imperial, e Constitucional dêem, e fação dar a esta referida Carta de liberdade o seu devido e inteiro cumprimento, e se na mesma para maior validade faltar alguma clausula, ou clausulas das em Direito necessá-

rio, aqui as havemos por expressões, e declaradas, como se de cada uma fizesse claro e distinta menção, e por verdade de todo o referido pedimos, e rogamos ao padre Francisco de Sousa Leite, que está por nós fizesse e nós, somente nós assinamos. Capela do Senhor Bom Jesus, doze de julho de mil oitocentos e trinta e seis = Manuel Joaquim Rodrigues = Antônio Pires Monteiro = como testemunha, aqui fiz e vi assinar o Padre Francisco de Sousa Leite = como testemunha aqui vi fazer e assinar Manuel Francisco de Moraes = como testemunha que vi fazer, assinar Antônio Pedroso de Moraes. Nada mais continha na dita Carta depois do que segue ao reconhecimento do teor seguinte = Reconheço as firmas postas no papel serem dos próprios por ter delas conhecimento de que dou fé. Conceição dos Guarulhos, 19/12/1836, sinal publico, com testemunha de verdade do escrivão Alexandre Teixeira de Almeida. Nada mais se continha nos teores acima declarados."

Transcrição conforme o português atual
19 de Dezembro de 1836

As cartas de alforria registravam a liberdade de um escravo. Elas nos trazem dados referentes aos proprietários e, principalmente, informações sobre os escravos que estão sendo libertos (nome, sexo, idade, cor, nacionalidade, profissão).



Registros de morte... registros de vida



A. Rita Maria de Africa, de idade de 90 annos, livre, moradora da Freguesia de Santa Efigenia, onde faleceu hontem de estupor e sepultada no quadro Geral = A = nº 103. Por ser pobre nada pagou.

Rita Maria, Africana, de idade de 90 anos, livre, moradora da Freguesia de Santa Efigenia, onde faleceu hontem de estupor e sepultada no quadro Geral = A = nº 103. Por ser pobre nada pagou.



Innocencio menor de dois meses, escravo de D. Maria das Dores de Vasconcellos Maxado, da Freguesia de Santa Efigenia, onde morou, e nella faleceo hontem de inflamação de estômago, e sepultado hoje no quadro dos Anjinhos nº 48. Tendo pago 65400 réis.

Innocencio menor de dois meses, escravo de D. Maria das Dores de Vasconcellos Maxado, da Freguesia de Santa Efigenia, onde morou, e nella faleceo hontem de inflamação de estômago, e sepultado hoje no quadro dos Anjinhos nº 48. Tendo pago 65400 réis.

Cemitério da Consolação
Dezembro de 1858

Luis Gama - um líder abolicionista

Luis. Aos 25 dias do mes de Agosto de 1882 sepultou-se em terreno de sua propriedade - Rua A 12 Sepultura nº 17 - o cadaver de Luiz Gama de 52 annos de idade, fallecido de diabetes como consta do atestado do Dr. Jayme Serva; e sepulte-se do Vigario do Bras, Nicolao Boliro de Rosa.

São Paulo, 25 de Agosto de 1882.

Transcrição do registro do livro de sepultamento do cemitério da Consolação.



Luis Gama foi escravo, poeta, jornalista e advogado comprometido com as causas da abolição da escravidão e proclamação da República (conta-se que com argumentos jurídicos conseguiu a liberdade de muitos negros cativos).

Nasceu na Bahia a 21 de junho de 1830. Filho de uma mulher negra da Costa do Marfim e de um fidalgo de tradicional família baiana. Aos dez anos de idade foi vendido como escravo pelo próprio pai, primeiro para o Rio de Janeiro e mais tarde, passou para as mãos do comerciante paulista Antônio Pereira Cardoso, dono de uma pensão na capital da província de São Paulo.

Morreu em 24 de agosto de 1882 e foi sepultado no dia seguinte no Cemitério da Consolação. A crônica jornalística de época registra que seu funeral foi o mais concorrido e jamais visto igual, na cidade de São Paulo.



Foto: Arquivo de Sérgio Teófilo de Souza/Arquivo do Projeto de Pesquisa UFRJ/UNICAMP

Mudança de Quitandeiros para o Terreiro do Colégio

"...desde a publicação deste em diante, não haja mais quitanda na paragem de onde até aqui o faziam, mas sim o façam daqui em diante no terreiro dos padres da Companhia de Jesus. Encostados ao muro que se segue na direção do palácio até virar o canto que vai para o Carmo, que fica defronte da porta da travessa da igreja de Jesus, de onde farão assistência, para venderem todos os mantimentos. Para que de alguma sorte se evite ruínas e bulhas de negros e evite os jogos que fazem, pois como tem o corpo da guarda, ali naquela paragem, se evitam muitas discussões. Assim que ordenamos e mandamos que nenhuma negra, nem negro de tabuleiro, dos que costumam assistir na quitanda, não assistam nem vendam mais coisa alguma na dita paragem (...)"

Transcrição conforme o português atual
Registro de um edital sobre mudança
de quitandeiros para o terreiro do colégio.
19 de Outubro de 1726



Estamos tão acostumados com a idéia de liberdade que é difícil imaginar que, por muito tempo, na história do Brasil, muito homens foram escravizados. Primeiro os In-

dios, chamados de negro/gentio da terra, depois os negros africanos. Vitimados pelo processo de escravização eles não puderam conservar seu antigo modo de vida.

“(…) Sendo repetidas as queixas e clamores dos moradores desta Cappnia. pello prejuízo q. recebem de alguas pessoas maliciozamente lhe tiramos seus administrados e administradas persuadindo os a que se lhe sayão de casa e uzando outras pessoas do dolo de ajustarem casamentos de negros e negras captivas com indios e indias administrativas so afim de q. com o dito matrimonio hajam de levar para a compa. Dos maridos ou mulheres cativas os indios ou indias seguindoçe de semelhante astucias o roubo manifesto que se faz aos administradores dos serviços dos seus administrados dos quaes ficam espolitados por qualquer dos referidos ou outros modos q. lhe forem tirados das suas cazas e devendo atalhar semelhantes insultos pela perturbação q. se segue a boa harmonia do susego publico e das consciencias e evitar juntamente as perdas e danos dos predicados fundando me no alvara de S. Magde. Passado em desanove de Fevro. de mil e sete centos e noventa e seis no qual ordena o do. Sr. q. cazando negra ou negro cativo com índio ou índia administrada e provandoçe averçe feito o dito matrimonio por dolo dos senhores dos esravos afim de levarem para seu poder os indios e indias hajão de perder os escravos passando estes pa. a caza dos administradores (...)”.

Transcrição conforme o original publicado na Revista do Arquivo Municipal Registro de um bando do excelentissimo senhor general sobre os indios. 26 de Janeiro de 1732

“(…) Francisco Afonço Escudeiro morador no bairro da Atibaya, destrito desta cidade ser nomeado pellofficiais do Senado da Câmara desta mesma Cidade para Cappitam do Mato em representação que me fizerão em trinta do mes de janeyro do prezente anno para effeito de haver Cappitais do mato no termo desta Cidade para prenderem os negros fugidos e embaraçar que não hajão quilombos ivitando os roubos que costumão fazer nesta Cappnia. (...)”.

Transcrição do registro da patente de capitão do mato para prender negros quilombados e assaltantes 18 de Outubro de 1733

Faça uma leitura atenta dos documentos acima e descubra as palavras cujos significados são hoje desconhecidos, como também aquelas que possuem grafia diferente das dos dias de hoje. Reescreva o texto substituindo as palavras encontradas e atualize a pontuação.

Glossário

ACERVO – totalidade dos documentos conservados num arquivo.

ARQUIVO PÚBLICO – conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como o conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos.

ARQUIVO HISTÓRICO OU PERMANENTE – conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função de seu valor.

ARQUIVO MUNICIPAL – instituição responsável pelos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo, no âmbito da administração municipal direta ou indireta.

CLASSIFICAÇÃO – Sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo.

COLEÇÃO – reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum.

CONSERVAÇÃO – é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

CUSTÓDIA – responsabilidade jurídica, temporária ou definitiva, de guarda e proteção de documentos dos quais não se detém a propriedade.

ELIMINAÇÃO – destruição de documentos que, na avaliação, forem considerados sem valor para guarda permanente.

EXPEDIENTE – unidade administrativa encarregada da expedição de correspondência.

EXPOSIÇÃO – apresentação temporária ou permanente organizada por um arquivo e composta de originais ou reproduções de documentos de seu acervo e/ou de outras instituições, para fins educativos e culturais.

GUIA – instrumento de pesquisa que fornece informações básicas sobre um ou mais arquivos e seus fundos.

INSTRUMENTO DE PESQUISA – Obra de referência publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e acesso ao acervo.

LABORATÓRIO DE RESTAURAÇÃO – serviço encarregado da restauração de documentos.

MACO – conjunto de documentos amarrados ou reunidos num mesmo invólucro, formando uma unidade de arquivamento.

PALEOGRAFIA – Do grego PALEOS = ANTIGA + GRAPHEIN = ESCRITA. Estudo da escrita antiga. Disciplina que tem por objeto a escrita e suas variações através do tempo.

PRESERVAÇÃO – é um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais.

RESTAURAÇÃO – é um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico.

Monumentos

SERVICO EDUCATIVO – modalidade de serviço de apoio cultural que visa iniciar o público escolar na utilização do arquivo.

SUPORTE – Material sobre o qual as informações são registradas. Ex.: fita magnética, filme de nitrato, papel, etc.

TABELA DE TEMPORALIDADE – instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos para transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos.

TRANSCRICÃO – reprodução literal de documento escrito ou oral, em que se pode ou não atualizar a ortografia e desdobrar as abreviaturas.

USUÁRIO – pessoa que consulta ou pesquisa documentos num arquivo.

VALOR PERMANENTE – qualidade pela qual se justifica a guarda definitiva de um documento

Fonte:

Arquivo Nacional (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2003 – Publicações Técnicas, nº51.

BELLIOTTO, Heloisa Liberali; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). Dicionário de Terminologia Arquivística. São Paulo: AAB-SP, Secretaria do Estado de Cultura, 1996.

Há um tempo atrás, poucas pessoas sabiam ler e escrever, só as que detinham esse conhecimento tinham acesso ao material escrito. Com isso, o poder pertencia a quem tinha conhecimento e acesso às informações. Vamos aproveitar sempre as oportunidades para adquirir novos conhecimentos.



O ÍNDIO E O TAMANDUÁ
Ricardo Cipicchia
bronze e alvenaria revestida de granito
Praça Marechal Deodoro
página 25



ÍNDIO PESCADOR
Francisco Leopoldo e Silva
bronze, alvenaria e argamassa de cimento
Praça Oswaldo Cruz
página 30



**PADRE JOSÉ DE ANCHIETA,
APOSTOLO DO BRASIL**
Heitor Usai
bronze e granito
Praça da Sé
página 35



MONUMENTO AS BANDEIRAS
Victor Brecheret
granito Mauá
Praça Armando de Salles Oliveira
página 40



O CAÇADOR DE ESMERALDAS
(fragmento do Monumento a Olavo Bilac)
William Zadig
bronze e alvenaria de tijolos
Avenida Pedroso de Moraes
(Escola Estadual Fernão Dias)
página 42



LUIZ GAMA
Yolando Mallozzi
peça: bronze.- pedestal: granito lavrado
Largo do Arouche
página 51

Serviço Educativo



Localização:
Praça Coronel Fernando Prestes, nº. 152,
Bairro da Luz - São Paulo - SP
CEP 01124-060

O Serviço Educativo do Arquivo Histórico Municipal desenvolve atividades pedagógicas a partir do conteúdo dos fundos documentais. Essas atividades são dirigidas a educadores, estudantes e público em geral, visando divulgar a documentação custodiada, bem como propiciar a reflexão sobre a função social do Arquivo e a importância da conservação patrimonial.

Esse propósito se realiza por meio de visitas guiadas e outras ações, tendo em vista principalmente o público escolar. As atividades desenvolvidas pelo Serviço Educativo são entendidas como essenciais para que o público jovem compreenda e assimile a importância do patrimônio histórico e cultural da cidade, tal como é garantido nos direitos de cidadania.

Como o Arquivo se encontra sediado em edifício tombado, o Serviço Educativo também promove visitas guiadas às dependências do edifício. Nelas o visitante vai conhecer os belos vitrais executados pela Casa Conrado, situados nas caixas das escadas, por sua vez, realizadas no Liceu de Artes e Ofícios, e saber mais sobre outros detalhes dessa notável construção. As visitas deverão ser agendadas através do e-mail: educativoanq@prefeitura.sp.gov.br

ISBN 978-85-7176-007-3



9 768571 760073



arquivo
histórico
municipal
washington luis
são paulo 2007



DPH DEPARTAMENTO
DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO



PREFEITURA DA CIDADE DE
SÃO PAULO

SECRETARIA DE CULTURA